

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 16 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, pelas 15.20 horas, reuniram-se os elementos que compõem o Conselho Municipal de Educação, no edifício da Câmara Municipal de Benavente.

Verificou-se a presença dos seguintes Conselheiros:

- Presidente da Câmara Municipal de Benavente – Carlos António Pinto Coutinho
- Representante da Assembleia Municipal – Clarisse Castanheiro
- Vereadora do Pelouro da Educação – Catarina Vale
- Representante das Juntas de Freguesia – Inês Correia
- Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público – Luis Pontes
- Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público – Ana Sofia Garcia
- Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Público – Maria de Fátima Sousa
- Representante dos Serviços Públicos de Saúde – Ana Zita Antunes
- Representante dos Serviços de Segurança Social – Teresa Figueiredo
- Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação – Samora Correia – Paula Fernandes e Ana Vitorino
- Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação – Benavente – Georgina Rodrigues
- Representante das Forças de Segurança – Manuel Gonçalves e Paula Gonçalves
- Representante da DGESTE – Eugénia Correia
- Representante da Educação Ensino Privado – Filipa Pereira

Verificou-se a ausência dos seguintes Conselheiros:

- Representante do Instituto Português da Juventude
- Representante da Associação de Estudantes
- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social na área da Educação
- Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional

Presentes os seguintes convidados:

- Adelaide Coutinho de Carvalho – Diretora do Agrupamento de Escolas de Benavente;
- Luisa Maria de Carvalho - Vice Diretora do Agrupamento de Escolas de Samora Correia.
- EDUCATIS – Clara Freire Cruz

Presente também a Chefe de Divisão de Cultura, Educação, Turismo e Desporto, Cristina Gonçalves e Ana Infante, Coordenadora Técnica da Secção de Ação Sócio Educativa, que secretariou a presente reunião.

Ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação das atas das reuniões anteriores
- 2 - Informações relativas ao 1º período letivo 2014/2015
- 3 - Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular – ponto de situação
- 4 - Grupo de Trabalho do CME – A Educação no Município
- 5 - Outras informações

PONTO 1 DA ORDEM DE TRABALHOS - APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Senhor Presidente submeteu a aprovação as atas das reuniões realizadas em 11 julho e 12 setembro de 2014, as quais foram aprovadas por unanimidade, após a alteração introduzida à ata de 12 de setembro assinalando a ausência do representante da Assembleia Municipal.

PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO 1º PERÍODO LETIVO 2014/2015

Teor do Documento:

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA AUTARQUIA

1. Rede Escolar

A rede escolar do município tem vindo a manter alguma estabilidade no que se refere ao n.º absoluto de alunos. Verifica-se, no entanto, a redução do n.º de alunos nos núcleos urbanos de menor dimensão, designadamente, Foros da Charneca, Santo Estêvão e Barrosa. Neste sentido, importa salientar que a EB 1 da Barrosa, que no presente ano letivo tem apenas 12 alunos, se encontra com autorização excecional de funcionamento.

A abertura das EB 1 de Benavente e da EB 1 da Fonte dos Escudeiros veio permitir o pleno em termos de salas de 1º ciclo, garantindo que todas as turmas funcionam com regime de horário normal.

Quanto à educação pré-escolar não existem listas de espera, evidenciando uma rede particularmente eficaz, verificando-se até na maioria dos jardins de infância a existência de vagas. De referir ainda que este é o segundo ano em que foi reduzida uma sala na vila de Benavente, por não existirem inscrições que a justificassem e que no jardim de infância de Santo Estêvão encontram-se apenas a frequentar 35 crianças.

No conjunto, assinala-se uma substancial redução de alunos a frequentar a Escola Secundária de Benavente, justificada provavelmente por outras opções em termos de prosseguimento de estudos.

Grau de Ensino	Estabelecimentos		Turmas		N.º Alunos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Pré-escolar	12	11	29	29	649	620
1º Ciclo	9	11	58	59	1330	1350
2º Ciclo	3	3	34	34	785	728
3º Ciclo			44	44	915	1185
CEF			2	3	34	71
Secundário	1	1	23	18	609	486
TOTAIS	25	26	190	187	4322	4440

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BENAVENTE

Estabelecimento	Nº Salas	Nº Turmas	Nº Alunos	ALMOÇOS	AEC
Centro Escolar de Benavente	8	4	97	87	89
EB1 N.º1 Benavente	11	11	259	216	212
EB 1 N.º 2 de Areias	4	3	54	49	45
EB1 Barrosa	2	1	12	12	12
EB 1 Foros da	2	2	26	26	26

Charneca					
EB 1 Santo Estêvão	4	3	64	62	62
TOTAIS			512 (2013 518 alunos)	452	446
				ALMOÇOS	PROLONGAMENTO
Jardim Infância Centro Escolar	4	4	95	90	87
Jardim de Infância N.º 2	2	2	50	49	50
Jardim de Infância N.º 3	2	2	44	41	32
Jardim de Infância Barrosa	1	1	13	13	12
Jardim de Infância F. Charneca	1	1	15	15	15
Jardim de Infância Sto. Estêvão	2	2	35	34	21
TOTAIS			252 (2013 258 alunos)	242	217

EB 2,3 Duarte Lopes		Nº salas	Nº turmas	Nº alunos
2º ciclo	5º Ano	24	6	157
	6º Ano		6	142
	Vocacional		1	20

3º ciclo	7º Ano		6	154
	8º Ano		6	156
TOTAIS			24	609

Estabelecimento		Nº turmas	Nº Alunos
Escola Secundária de Benavente	Ensino Regular Ensino Secundário por Módulos Ensino Profissional	20	486
	Cursos de Educação e Formação	1	15
	9º Ano	6	156
	Vocacional 3º Ciclo	1	26

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SAMORA CORREIA

Estabelecimento	Nº Salas	Nº Turmas	Nº Alunos	ALMOÇOS	AEC
Centro Escolar de Samora Correia	12	12	296	284	246
EB1 Fonte dos Escudeiros	7	6	148	140	137
EB 1 Nº 2 das Acácias	8	8	180	145	129
Centro Escolar de Porto Alto	6	6	136	120	113
EB1 de Porto Alto	4	3	78	71	67
TOTAIS			838 (2013 812	760	692

			alunos)		
				ALMOÇOS	PROLONGAMENTO
Jardim de Infância Prof. António José Ganhão	6	6	133	121	122
Jardim de Infância da Lezíria	2	2	39	39	39
Jardim de Infância Centro Escolar Samora Correia	3	3	70	61	64
Jardim de Infância Centro Escolar Porto Alto	3	3	65	59	62
Jardim de Infância Nº1 Porto Alto	3	3	61	61	49
TOTAIS			368 (2013 391 alunos)	341	336

EB 2,3 Prof. Fernandes Pratas		Nº salas	Nº turmas	Nº alunos
2º ciclo	5º Ano	24	10	169
	6º Ano		10	145
3º ciclo	7º Ano		7	175
	8º Ano		6	144
	9º Ano		4	110
Cursos de Educação e Formação			2	45
TOTAIS			37	788

EB 2,3 Porto Alto		Nº salas	Nº turmas	Nº alunos
2º ciclo	5º Ano	18	3	62
	6º Ano		2	53
3º ciclo	7º Ano		3	85
	8º Ano		2	54
	9º Ano		2	51
TOTAIS			12	305

2.Ação Social Escolar

O n.º de alunos que desencadearam processo para posicionamento em escalão tem vindo ser alterado, aspeto que resulta quer de alterações da situação social e financeira dos agregados familiares como de transferências que entretanto ocorreram. Saliencia-se que no decurso do ano letivo ocorrem com bastante frequência alterações no escalão atribuído.

A atribuição de apoio no âmbito da ação social escolar reflete-se no caso do pré-escolar no valor da refeição e no pagamento do prolongamento de horário, este último enquadrado pelo respetivo agrupamento de escolas. No que respeita ao 1º ciclo, reflete-se igualmente no valor da refeição bem como nos manuais e material escolar.

1º ciclo

			nº alunos escalão
Agrupamento de Escolas de Benavente	Centro Escolar de Benavente - EB1	escalão A	35 (36.08%)
		escalão B	20 (20.62%)
		sem escalão	42 (43.30%)
		Total	97
	EB1 de Benavente	escalão A	47 (18.08%)
		escalão B	50 (19.23%)
		sem escalão	163 (62.69%)

		Total	260
Escola Básica do 1.º Ciclo de Areias		escalão A	21 (38.89%)
		escalão B	15 (27.78%)
		sem escalão	18 (33.33%)
		Total	54
Escola Básica do 1.º Ciclo de Barrosa		escalão A	3 (25.00%)
		escalão B	2 (16.67%)
		sem escalão	7 (58.33%)
		Total	12
Escola Básica do 1.º Ciclo de Foros da Charneca		escalão A	16 (61.54%)
		escalão B	2 (7.69%)
		sem escalão	8 (30.77%)
		Total	26
Escola Básica do 1.º ciclo de Santo Estêvão		escalão A	16 (25.00%)
		escalão B	6 (9.38%)
		sem escalão	42 (65.63%)
		Total	64
	Total		513

		nº alunos escalão	
Agrupamento de Escolas de Samora Correia	Centro Escolar de Porto Alto	escalão A	40 (29.41%)
		escalão B	30 (22.06%)
		sem escalão	66 (48.53%)
		Total	136
	Centro Escolar de Samora	escalão A	87 (29.49%)

	Correia	escalão B	66 (22.37%)
		sem escalão	142 (48.14%)
		Total	295
	EB1 de Fonte de Escudeiros	escalão A	36 (24.32%)
		escalão B	31 (20.95%)
		sem escalão	81 (54.73%)
		Total	148
	Escola Básica do 1.º Ciclo das Acácias	escalão A	51 (28.33%)
		escalão B	50 (27.78%)
		sem escalão	79 (43.89%)
		Total	180
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Porto Alto	escalão A	27 (35.06%)
		escalão B	16 (20.78%)
		sem escalão	34 (44.16%)
		Total	77
	Total		836

	escalão	nº alunos	% alunos subsidio	2013
Agrupamento de Escolas de Benavente	escalão A	138	26.90%	24.56%
	escalão B	95	18.52%	17.41%
	sem escalão	280	54.58%	58.03%
	Total	513	233 (45.42%)	
Agrupamento de Escolas de Samora Correia	escalão A	241	28.83%	28.50%
	escalão B	193	23.09%	20.07%
	sem escalão	402	48.09%	51.43%

	Total	836	434 (51.91%)	
--	-------	-----	----------------	--

Pré-escolar

			nº alunos escalão
Agrupamento de Escolas de Benavente	Centro Escolar de Benavente - JI	escalão A	26 (27.08%)
		escalão B	16 (16.67%)
		sem escalão	54 (56.25%)
		Total	96
	Jardim de Infância da Barrosa	escalão A	5 (38.46%)
		sem escalão	8 (61.54%)
		Total	13
	Jardim de Infância de Santo Estêvão	escalão A	9 (25.71%)
		escalão B	7 (20.00%)
		sem escalão	19 (54.29%)
		Total	35
	Jardim de Infância Foros da Charneca	escalão A	5 (33.33%)
		escalão B	6 (40.00%)
		sem escalão	4 (26.67%)
		Total	15
	Jardim de Infância n.º 2 de Benavente - Areias	escalão A	21 (42.00%)
		escalão B	8 (16.00%)
		sem escalão	21 (42.00%)
		Total	50
	Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	escalão A	10 (22.73%)
		escalão B	8 (18.18%)

		sem escalão	26 (59.09%)
		Total	44
	Total		253

		nº alunos escalão	
Agrupamento de Escolas de Samora Correia	Centro Escolar de Porto Alto - JI	escalão A	24 (36.36%)
		escalão B	16 (24.24%)
		sem escalão	26 (39.39%)
		Total	66
	Centro Escolar de Samora Correia - JI	escalão A	26 (37.68%)
		escalão B	14 (20.29%)
		sem escalão	29 (42.03%)
		Total	69
	Jardim de Infância - Porto Alto Nº 1	escalão A	19 (31.67%)
		escalão B	8 (13.33%)
		sem escalão	33 (55.00%)
		Total	60
	Jardim de Infância da Lezíria	escalão A	10 (25.64%)
		escalão B	9 (23.08%)
		sem escalão	20 (51.28%)
		Total	39
	Jardim de Infância Prof. António José Ganhão	escalão A	40 (30.08%)
		escalão B	31 (23.31%)
		sem escalão	62 (46.62%)
		Total	133

	Total		367
--	-------	--	-----

	escalão	nº alunos	% alunos subsidio	2013
Agrupamento de Escolas de Benavente	escalão A	76	30.04%	33.46%
	escalão B	45	17.79%	19.23%
	sem escalão	132	52.17%	47.31%
	Total	253	253 (100.00%)	
Agrupamento de Escolas de Samora Correia	escalão A	119	32.43%	26.84%
	escalão B	78	21.25%	20.43%
	sem escalão	170	46.32%	52.73%
	Total	367	367 (100.00%)	

2.1.Refeições escolares

a)Almoços

Este ano letivo todos os alunos passaram a beneficiar de refeição escolar da responsabilidade do município, dado que os alunos que frequentam a EB 1 das Acácias passaram a almoçar no refeitório do Jardim de Infância António José Ganhão, que se inscreve no mesmo perímetro escolar, em vez do refeitório da EB 2,3 Fernandes Pratas.

No que respeita ao fornecimento de refeições, através de concurso as refeições foram adjudicadas à empresa GERTAL, tendo vindo a ser realizadas regularmente reuniões de acompanhamento. Com o objetivo de garantir a monitorização de todo o processo os técnicos do setor de educação deslocam-se com periodicidade definida, semanal ou quinzenal, a cada um dos refeitórios escolares.

Diariamente, são produzidas nos dois centros de confeção – Cantina do Porto Alto e Centro Escolar de Benavente – uma média de 2000 refeições.

Perspetiva-se que em breve possa ser garantido o fornecimento de refeições específicas para crianças com intolerâncias alimentares, devidamente comprovadas através de declaração médica.

Escola/JI	Nº total de alunos	Nº alunos inscritos no serviço	Local (fornecimento das refeições)	Refeitório que fornece
Centro Escolar de Benavente (EB1)	97	87	Escola	Centro Escolar de Benavente
EB 1 nº 1 de Benavente	259	216	Escola	
EB 1 nº 2 Benavente	54	49	Jardim de Infância n.º 2	
EB 1 Barrosa	12	12	Jardim de Infância da Barrosa	
EB 1 Foros da Charneca	26	26	Escola	
EB 1 Santo Estêvão	64	62	Jardim de Infância de Santo Estêvão	
Centro Escolar de Samora Correia	296	284	Escola	
EB 1 das Acácias	180	145	Escola	
EB 1 Fonte dos Escudeiros	148	140	Escola	
Centro Escolar de Porto Alto	136	120	Escola	

EB 1 Porto Alto	78	71	Cantina do Porto Alto	
-----------------	-----------	-----------	-----------------------	--

b) Lanche

Este ano introduziu-se pela 1.ª vez o lanche escolar, dirigido exclusivamente a todos os alunos posicionados no escalão A da segurança social e sob proposta do professor/educador a outros alunos integrados no escalão B ou mesmo sem escalão. O lanche chega a cada um dos refeitórios com o almoço, sendo depois preparado localmente e distribuído no intervalo da tarde. A composição dos lanches encontra-se fixada para cada um dos dias, pão (variando entre manteiga, queijo, fiambre e marmelada) com uma bebida (leite e sumo).

3. Transportes escolares

O plano de transportes escolares assenta no modelo que tem vindo a ser implementado, sendo no essencial garantido através de carreira pública, existindo cerca de 40 alunos a transportar em veículo municipal e ainda algumas situações complementares que exigem o transporte através de carro de aluguer.

Considerando a alteração de horários da EB 2, 3 Duarte Lopes com a introdução de turnos, a manhã fundamentalmente com 2º ciclo e tarde com 3º ciclo, verificou-se a necessidade de reajustamento de horários da carreira pública. No entanto e apesar das alterações que foram introduzidas durante o 1º período verificaram-se diversos constrangimentos que foram sendo resolvidos.

Transporte público, dentro do concelho	492	792
Transporte público, fora do concelho	300	
Misto, táxi+carreira pública	13	
Circuito especial	36	
TOTAIS		

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BENAVENTE	
Escola Secundária	256
EB 2,3 Duarte Lopes	192

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SAMORA CORREIA	
EB 2,3 Fernandes Pratas	6
EB 2, 3 Porto Alto	18
OUTRAS ESCOLAS FORA DO CONCELHO	
Escola Profissional Salvaterra de Magos	144
Escola Secundária de Salvaterra de Magos	99
Escola Profissional de Coruche	18
Vila Franca de Xira	22

4. Escola a tempo inteiro

4.1. Atividades de Animação e de Apoio à Família – Pré-escolar

Atividades de qualificação do prolongamento de horário com técnicos na área do desporto, expressão musical e expressão dramática, garantindo estas atividades com periodicidade semanal.

A comparticipação mensal das famílias é de € 10 cuja gestão é feita pelos próprios agrupamentos de escolas.

Verifica-se que a quase totalidade dos alunos frequentam as atividades de animação e apoio à família

4.2. Atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico

No âmbito do Despacho n.º 9265-B/2013, II série, de 15 de julho, o Município de Benavente apresenta-se como entidade promotora para a implementação do Programa de atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do Ensino Básico, tendo sido submetidos a apreciação da Câmara os Acordos de colaboração entre as entidades parceiras, e formalizada a candidatura junto do Ministério da Educação (DGESTE).

Considerando que no atual modelo de funcionamento das AEC a duração semanal integra 5 horas (1 hora diária), devendo o agrupamento de escolas afetar ao projeto os recursos docentes disponíveis, o cálculo da comparticipação financeira é efetuado de acordo com o número de alunos inscritos por atividade e o número de horas de AEC oferecidas no decurso do ano letivo (n.º 2, do art.º 3, cap. II, do despacho n.º 9265-B/2013, II série, de 15 de

julho), assumindo como valor máximo de participação anual os 150 euros por aluno inscrito.

Os protocolos de parceria foram estabelecidos com as seguintes entidades.

Agrupamento de Escolas de Benavente

Sociedade Filarmónica de Benavente

Centro de Bem Estar Social de Santo Estêvão

Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Associação para o Desenvolvimento Integrado da Criança

Associação Recreativa de Porto Alto

No presente ano letivo 84% dos alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, estão inscritos nas AEC.

5. Intervenção Cultural e Educativa

O programa de Serviço Educativo (em anexo) tem por objetivo a disponibilização de recursos que contribuam para sensibilizar e motivar públicos para as temáticas do património, da cidadania e do ambiente, promovendo a partilha e a aproximação dos diversos públicos e incentivando a criação de hábitos culturais.

A programação reúne um vasto conjunto de ações nas áreas de Museu, Bibliotecas e Animação cultural propondo a exploração e consolidação de temáticas muito diversificadas, adequando cada uma das ações aos diferentes níveis etários e de ensino.

Neste sentido, o Museu e as Bibliotecas recebem com muita regularidade marcações para a realização das ações propostas. Complementarmente, destaca-se a atividade de Natal promovida pelo Museu Municipal, "Do clic ao postal de Natal", que recebeu no Museu todos os alunos que frequentam a educação pré-escolar, o 1º ciclo e o ensino especial.

6. Gestão de recursos humanos – pessoal não docente

Pessoal não docente colocado pelo Município nas escolas:

	J.I. sala	Refeitórios	EB 1
Assistentes técnicos e operacionais	25	13	3
Contratos Emprego Inserção e CEI +	9	14	10*
Estágios	4	1	

*inclui refeitórios das EB 1 de Benavente e Fonte dos Escudeiros

Auxiliares colocadas no âmbito dos Acordos de Cooperação:

por *ratio*, no tempo letivo afetação de uma assistente por cada 2 salas- 15 funcionárias por necessidades educativas especiais, afetação de assistente especificamente para criança com necessidades educativas especiais de acordo com autorização da DGESTE - 6 funcionárias (JI Santo Estêvão, Barrosa, Foros da Charneca, Centro Escolar de Benavente, Centro Escolar de Samora Correia e Centro Escolar de Porto Alto)

7. Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar

Intervenções regulares de manutenção (carpintaria, eletricidade, canalização, entre outras)

8. Carta Educativa

O município de Benavente possui, desde 2006, a sua carta educativa aprovada pelo executivo e pela assembleia municipal, tendo a sua homologação sido ainda efetuada nesse ano pelo Ministério de Educação.

As alterações ocorridas no sistema educativo, designadamente com os processos de agregação dos agrupamentos de escolas bem como as novas dinâmicas territoriais, demográficas e socioeconómicas, justificam a revisão da carta educativa. De resto, o próprio DL 7/2003 prevê, no seu artigo 20º, a possibilidade de revisão das cartas educativas, quer num período de cinco anos após a sua aprovação quer quando se considere que a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento.

O processo de revisão da Carta Educativa do Município de Benavente, iniciado em Junho deste ano, procura atingir os seguintes objetivos fundamentais:

- identificar as principais transformações ocorridas na envolvente territorial e socioeconómica e que possam ter impactes na (re)programação dos equipamentos de ensino;
- proceder a uma atualização do diagnóstico da carta educativa, com realce para a componente da oferta e da procura de ensino;
- elaborar uma proposta de intervenção sustentada na rede educativa concelhia, com base numa avaliação da pertinência das intervenções previstas na carta educativa e, por conseguinte, numa possível reformulação do programa de intervenção;
- implementar um programa de execução, com a calendarização das ações e plano de financiamento, com as estimativas de custos das referidas ações.

9. Ranking escolas 2013/2014

A partir da informação disponibilizada por alguns periódicos, nomeadamente o Público e o Expresso, apresentando versões diferentes dos rankings das escolas tem como base os dados veiculados através do Ministério da Educação, foi elaborado o seguinte quadro síntese. Sublinha-se que as metodologias utilizadas, recorrendo de forma absoluta aos valores disponíveis de notas de exames e frequências, podem ocultar e distorcer a análise levando a erros de comparação. Neste sentido, estes rankings deverão ser encarados como indicativos.

	2014		2013		2012	
	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito
SECUNDÁRIO	(621)	(26)	(619)	(26)		(27)
Escola Secundária	421	24	490	23	485	22
Escola Secundária de S. magos	363	20				
9º ano	(1247)	(52)				(56)
Duarte Lopes	1103	50	967		1020	49
Fernandes Pratas	1004	48	1068		1108	53
Porto Alto	650	40	362		468	19
6º ano	(1155)	(50)				(48)
Duarte Lopes	833	43	916		706	34
Fernandes Pratas	773	40	666		579	25
Porto Alto	1039	49	1035		580	26

4º ano	(4441)	(209)	(4621)	(217)		
CESC	1964	86	2327	102		
EB 1 Acácias	2147	94	3699			
CEB	2331	102	1591	59		
EB 1 Porto Alto	2726	123	2754			
EB 1 SEstêvão	2778	125	791	29		
EB 1 Barrosa	3452	159	2642			
EB 1 Areias	4216	199	3878			
EB 1 F Charneca	4237	200	3824			
CEPA			4063			

Intervenções:

Eugénia Correia – Relativamente aos dados sobre a ação social escolar, informou que no total de alunos de 2º e 3º ciclos nos dois agrupamentos, 498 são beneficiários de escalão A e 398 de Escalão B, o que representa em Euros 63.000,00 para o escalão A e 52.500,00 para o escalão B.

PONTO 3 DA ORDEM DE TRABALHOS – PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PONTO DE SITUAÇÃO

Senhor Presidente – Considerou que processo de implementação do programa das AEC nunca foi fácil, tendo sempre a Câmara defendido que um projeto desta natureza deveria ter um carácter curricular. O modelo adotado desde o início foi de envolver os parceiros locais, num modelo em que a câmara avançou como entidade promotora e estabeleceu com as diversas entidades parceiras protocolos de cooperação, procurando sempre garantir a qualificação destas atividades. Neste sentido, referiu que a flexibilização surge como a forma de construir horários que garantam a operacionalização do projeto, uma vez que permite aos

professores ter um número de horas diárias de trabalho que garanta a fidelização destes técnicos ao projeto. Salientou ainda que o cenário este ano foi claramente alterado com o fim dos horários duplos de funcionamento e, relativamente ao presente ano letivo, os primeiros horários mereceram alguma contestação dos pais que não estariam interessados que os filhos participassem nas AEC's. Sublinhou que a Câmara sempre esteve neste processo com a maior transparência na construção de um projeto comum, procurando implementar em conjunto a melhor solução possível. Salientou a disponibilidade para se encontrarem, em conjunto, as melhores soluções.

Adelaide Carvalho– Referiu que é o primeiro ano que sente este desagrado por parte dos pais o que resulta, provavelmente, da alteração que se verificou no horário de todas as turmas das escolas da vila, que passaram ao regime de horário normal. Informou que os horários começaram por surgir tardiamente e após o conhecimento dos pais não foram aceites, verificando-se grandes movimentações. Neste sentido, o agrupamento em conjunto com a Câmara Municipal de Benavente, a Associação de Pais e entidade parceira procuraram construir uma alternativa e também aqueles novos horários não agradaram. No decurso deste processo a representante de uma turma fez uma exposição/reclamação, enviada numa primeira fase para DGESTE e quando no final de outubro não obteve resposta enviou a referida exposição para a IGEC (Inspeção Geral de Educação e Ciência). Assim, a IGEC veio à escola, reuniu com a direção, consultou os documentos que entendeu relevantes e o parecer veio no dia 26 de dezembro. Neste parecer estava definido que até estarem reunidas todas condições formais, designadamente a aprovação do modelo de funcionamento por parte do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral, as AEC deveriam apenas ocorrer no final do dia. Informou que de imediato reuniu com a Câmara Municipal de Benavente e parceiros, tendo ficado clara a impossibilidade de passar as atividades para o final da tarde. Após contato com a DGESTE, foi sugerido que os procedimentos necessários fossem desencadeados pelo agrupamento para que o Conselho Geral tomasse a decisão. Informou que em Conselho Geral ficou definido que a entidade promotora deveria pronunciar-se sobre a possibilidade de evitar a flexibilização dos horários, pelo que teremos de aguardar até ao próximo dia 5 de fevereiro quando tiver lugar novo Conselho Geral.

Considerou que mesmo numa alteração do modelo de funcionamento não há no corpo docente deste agrupamento a possibilidade de garantir todas estas horas, pelo que ter-se-ia que recorrer à contratação. Referiu que o próximo ano letivo terá de ser preparado

atempadamente e que ficou já agendado para o Conselho Pedagógico de abril, a tomada de decisão sobre as AEC para o próximo ano letivo.

Senhor Presidente – Salientou que no Município temos mais de 80% dos alunos a frequentarem AEC e que, neste sentido, se verifica a enorme dificuldade de contratar tantos professores para garantirem AEC apenas entre as 16,30 e 17,30 horas.

Cristina Gonçalves – Relativamente a esta questão, referiu que a IGEC não se veio pronunciar contra a flexibilização, veio apenas dizer que de acordo com o definido no despacho que regula o programa, o Conselho Pedagógico e posteriormente o Conselho Geral deverão pronunciar-se de forma fundamentada sobre a oferta de AEC bem como a carga horária e respetiva distribuição, de forma muito específica e não com um carácter mais geral, como tem vindo sempre a acontecer.

Eugénia Correia – Salientou que após contato com a DGESTE, confirma que o que faz falta é apenas os argumentos em que assenta a flexibilização. Neste sentido, pergunta por que motivo o Conselho Geral não teve condições para a tomar a decisão. A inspeção apenas solicita argumentos para que a flexibilização fique assente.

Adelaide Carvalho – Salientou que no Conselho Geral o que ocorreu foi uma grande perturbação por parte dos pais.

Georgina Rodrigues – Sublinhou que toda esta questão não foi desencadeada pela Associação de Pais. Por outro lado referiu a importância dos horários serem preparados atempadamente, antes do início do ano letivo. Salientou ainda que não faz sentido que os tempos letivos sejam alterados após o ano letivo iniciar uma vez que tal procedimento causa grandes transtornos para os alunos e para os pais.

Adelaide Carvalho – Considerou que não se trata apenas do transtorno causado aos pais e alunos, há que considerar as contratações que estão feitas. Referiu ainda que esta questão terá que ser tratada de uma forma diferente devendo, neste momento, imperar o bom senso.

PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS – GRUPO DE TRABALHO DO CME – A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Catarina Vale – Informou que se realizou a 3ª reunião do grupo de trabalho na passada 3ª feira, na qual contaram com a presença do Dr. António Batista, consultor externo, ao qual a Câmara Municipal decidiu pedir colaboração. Nesta reunião estiveram presentes as Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas, a Associação de Pais de Samora Correia, o professor Luís Pontes, a educadora Fátima Sousa, faltando apenas o representante do Ensino Secundário. Foi feito nesta reunião o levantamento da problemática existente com a perspetiva de elaborar um diagnóstico com o objetivo de vir a elaborar um projeto para candidatura ao Quadro Comunitário. Considerou que foi uma reunião muito interessante embora tenha sido muito genérica. Ficou agendada uma próxima reunião para dia 30 de janeiro com o Senhor Presidente da Câmara e o tecido empresarial do Município, para que se perceba para onde se pretende caminhar, qual o desenvolvimento que se pretende para o Município, e com base nas conclusões, elaborar um projeto com vista á candidatura ao Quando Comunitário. Pretende-se não só concorrer aos fundos comunitários mas também, a partir destas conclusões, programar o Projeto Educativo Municipal, projeto que depende claramente do envolvimento de todos os parceiros, de toda a comunidade educativa. Informou que prosseguindo a metodologia proposta pela Dr. António Batista, nesta primeira fase, identificaram-se os maiores constrangimentos vividos no âmbito da escola designadamente o sucesso/insucesso e a disciplina/indisciplina.

Eugénia Correia – Salientou que a DGESTE integra também o Conselho Estratégico da comunidade da Lezíria, tendo sido agora constituídos grupos de trabalho e um destes grupos de trabalho é o da Coesão Social. Referiu que neste grupo de trabalho irão ser indicadas as possíveis ações que poderão ter interesse para candidatura, pelo que tem todo o interesse em perceber as conclusões da referida reunião.

Luisa Carvalho – Considerou não haver muito mais a acrescentar ao que foi dito pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, uma vez que os problemas em Samora Correia são sensivelmente os mesmos que em Benavente. Destacou o insucesso como o problema mais grave nomeadamente a partir do 7º ano o qual está relacionado com a faixa etária em que os alunos se encontram, associado também a alguma indisciplina. Referiu ainda que o material existente na EB 2,3, tal como em Benavente, começa a ser velho e desgastado também contribuindo para esta problemática.

Adelaide Carvalho – Relativamente ao secundário foi abordada a tentativa de se implementarem devidamente novas ofertas formativas, que não só o acesso ao ensino superior, mas também o ensino profissional. Considerou que tem sido um trabalho que a escola tem tentado fazer, com muitas dificuldades que se prendem também com o perfil dos alunos e dos pais para que aceitem estas novas ofertas formativas

Senhor Presidente – Considerou que o trabalho que está a ser desenvolvido é fundamental para que se possa definir a estratégia de intervenção. Não se poderá ser redutor naquilo que é a aplicação do fundo social europeu e este trabalho deverá ser perspectivado em parceria. Do que tem ouvido, o fundo social europeu tem uma vertente direcionada para a empregabilidade mas que não deve ser apenas isso, as situações deverão ser encaradas como uma oportunidade para verdadeiramente intervir e minorizar alguns dos problemas que têm tendência a avolumar-se de ano para ano.

Clara Freire da Cruz – Referiu que enquanto membro do grupo de trabalho sente necessidade de mais informação sobre os eixos de entrada do fundo social europeu. Após consulta e análise do quadro comunitário concluiu que, apesar das escolas saberem o que pretendem e as suas áreas de trabalho, é de opinião que é pouco o tempo para organizar e pensar projetos de intervenção e por isso há que saber exatamente onde se enquadram estas problemáticas. A título pessoal sente falta de saber bem qual a sua margem de manobra no fundo social europeu, por exemplo, no âmbito de uma escola, saber quem pode aceder, em que modelo, como definir um quadro de parceria. Salientou que se encontra a refletir sobre a possibilidade de implementação de projetos no 1º ciclo, projetos de formação de professores, mas necessita de mais informações, nomeadamente quais as medidas a que se pode candidatar.

Senhor Presidente – Informou que não existe ainda informação disponível porque não há, ainda, regulamento. Estão constituídos os grupos de trabalho que irão refletir, mas não há informação sobre os montantes. São projetos que têm como horizonte 2014/2020, o ano 2015 já se iniciou, sendo necessário que todas estas situações estejam bem definidas e as propostas bem sustentadas e, por isso, entende que esta reflexão que se procura desenvolver é importante para que depois se possa aceder ao que irá estar disponível. Identificou o problema da educação como um problema central até para a competitividade

do município, pelo que esta é uma área que terá de ser eleita como prioritária no âmbito da contratualização. Salientou ainda a importância dos projetos terem de ser pensados de uma forma articulada nos diversos eixos. Informou também que este trabalho também irá ser realizado na Comunidade Intermunicipal naquilo que é o Conselho Estratégico que integra um conjunto vasto de parceiros, cerca de 23 entidades, que irão estar na preparação deste quadro comunitário.

Ana Vitorino – Informou que os timings para apresentação das candidaturas são muito reduzidos, prevendo-se que no início de fevereiro será publicado o calendário anual das candidaturas. Salientou a importância dos projetos estarem bem definidos, com objetivos, atividades a desenvolver, identificando os parceiros para a concretização do projeto. Considerando os prazos existentes, referiu a dificuldade de reunir todos os elementos a serem apresentados para terem sucesso. Questionou sobre a existência de projetos por parte das escolas e por parte da Câmara Municipal ou se existem apenas ideias.

Senhor Presidente – Informou que no caso dos fundos para as autarquias, as ITI's (Intervenções Territoriais Integradas) apenas estarão concluídas em finais de março, princípio de abril. As ITI'S são onde se vai, ao nível das comunidades intermunicipais, contratualizar determinadas áreas. Referiu que este pacote só ficará fechado em abril, após o que surgirão no PO regional os ditos avisos. A expectativa é que nesta área as candidaturas possam surgir no mês de junho, mas mesmo assim, para aquilo que é o trabalho que está a ser feito (diagnóstico), o tempo é muito reduzido.

PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS – OUTRAS INFORMAÇÕES

Senhor Presidente – Informou que se encontra a decorrer o processo de revisão da Carta Educativa tendo como objetivo a sua conclusão até abril. Referiu que seria importante que tal se concretizasse tendo em conta alguns investimentos, nomeadamente a conclusão do parque escolar que serve o 1º Ciclo. Salientou ainda que, posteriormente, o Conselho Municipal de Educação terá que se pronunciar sobre a Carta Educativa. No que diz respeito à questão do ensino secundário, considerou que deve ser matéria a definir nesta carta educativa bem como as abordagens que têm vindo a ser feitas sobre o ensino profissional e as questões da existência desta oferta em Samora Correia. Informou que esteve reunido com os agrupamentos onde foi abordada esta questão e julga que deve, oportunamente,

constituir matéria a ser discutida no CME. Saliou que a primeira abordagem será feita numa reunião a agendar com a DGESTE para se perceber qual o entendimento daquela entidade sobre esta matéria, seguindo-se uma abordagem aos agrupamentos de escolas e por fim a auscultação do CME. Ainda no âmbito do processo de revisão da carta educativa sugeriu a realização de alguns seminários e alguns projetos que possam envolver os pais. Sugeriu que o CME tome posição sobre a municipalização do ensino. A Câmara Municipal encarregar-se-á de fazer chegar ao CME algum trabalho sobre este assunto para que o mesmo se possa pronunciar. Propôs que na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação este assunto seja abordado, bem como as questões que se prendem com o ensino secundário e profissional.

Paula Fernandes – Questionou o Senhor Presidente sobre os limites da municipalização do ensino.

Senhor Presidente – Esclareceu que a intenção é estender para o ensino secundário a gestão do pessoal não docente e um conjunto de outras situações. Irá ser reunida documentação e informação para que o CME possa refletir sobre este assunto.

Sem mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 16.46 horas.